



**UNIDADES GESTORAS:** TRIBUNAL DE JUSTIÇA – TJ E FUNDO DE REAPARELHAMENTO DA JUSTIÇA – FRJ

**CÓDIGO UG/GESTÃO:** 3001 e 3091

**Processo nº 0082326-17.2019.8.24.0710**

**Relatório nº 0006/2020**

## **RELATÓRIO DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO ANUAL DE CONTAS DE GESTÃO**

Em atendimento à determinação contida na Instrução Normativa TC nº 20, de 31 de agosto de 2015 e, em especial, ao estabelecido no art. 16 do referido dispositivo, a Auditoria Interna apresenta os resultados dos exames realizados na prestação anual de contas de gestão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJSC) e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça (FRJ), referentes ao exercício financeiro de 2019.

<b>Responsáveis pela gestão 2019</b>	<b>Período inicial</b>	<b>Período final</b>
Des. Rodrigo Tolentino de Carvalho Collaço	01/01/2019	31/12/2019

### **1. Escopo dos Exames**

Os trabalhos foram realizados por meio de análises da prestação anual de contas de gestão, de documentos, de informações e de pareceres.

As verificações foram executadas, conforme o tema, em sua totalidade ou por amostragem, de acordo com os seguintes critérios:

- Materialidade;
- Relevância;
- Criticidade;
- Risco;
- Planejamento anual.



A Auditoria Interna utilizou para a avaliação as seguintes ferramentas:

- Plano Anual de Auditoria
- Plano de Auditoria de Longo Prazo;
- Comunicação aos gestores sobre irregularidades/ilegalidades constatadas, bem como as devidas recomendações corretivas;
- Informações, pareceres e relatórios.

As ferramentas descritas, juntamente com os papéis de trabalho, constituem os resultados obtidos pela Auditoria Interna e comprovam a sua atuação no período avaliado.

A observância e o atendimento às recomendações, oriundas da Auditoria Interna, resultam na eficácia das ações de controles desenvolvidas.

## **2. Da Análise**

### **2.1. Funcionamento do Controle Interno (Inciso I, Anexo VII da IN TC nº 20/2015)**

Em cumprimento ao disposto no artigo 74 da Constituição Federal e artigo 62 da Constituição Estadual, o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, por meio da Resolução TJ nº 19, de 15 de outubro de 2003, instituiu o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário de Santa Catarina.

De acordo com o referido dispositivo, a estrutura do sistema é formada pelo Órgão Central, Núcleo Técnico e Unidades Administrativas.

O Órgão Central, representado pelo Presidente do Tribunal de Justiça, tem como função a direção do Sistema de Controle Interno.

O Núcleo Técnico, por sua vez, é a unidade vinculada diretamente ao Presidente do Tribunal de Justiça, formado pela Auditoria Interna, cabendo-lhe:

I - Supervisionar a gestão orçamentária, financeira e patrimonial do Poder Judiciário;

II - Promover a integração operacional do Sistema de Controle Interno;

III - Uniformizar a interpretação dos atos normativos e os procedimentos relativos às atividades do Sistema de Controle Interno;

IV - Integrar o Sistema de Controle Interno do Poder Judiciário com outros sistemas da Administração Pública Estadual;

V – Avaliar os controles internos implantados no Poder Judiciário; os relatórios de Gestão Fiscal; o cumprimento do Plano Plurianual, da Lei de Diretrizes Orçamentárias e da Lei Orçamentária Anual;



VI – Fiscalizar as receitas do Fundo de Reparcelamento da Justiça e do Sistema Financeiro de "Conta Única de Depósitos sob aviso à Disposição da Justiça"; a aplicação e guarda dos recursos públicos; e a execução de programas e projetos;

VII – Acompanhar as metas bimestrais de arrecadação; os limites de gastos com pessoal; as ocorrências funcionais; as disponibilidades de caixa; as execuções orçamentárias; as limitações de empenho; a execução de contratos; os gastos com serviços de terceiros; as receitas da alienação de ativos.

VIII - Certificar os dados contábeis a serem divulgados nos relatórios de Gestão Fiscal;

IX - Analisar as prestações de contas mensais e anuais;

XI - Assessorar o Presidente do Tribunal de Justiça no cumprimento de normas e procedimentos;

XII - Auxiliar o Controle Externo no exercício de sua missão institucional;

XIII - Exercer outras atividades inerentes à sua finalidade.

Compõe, ainda, o Sistema de Controle Interno, as unidades administrativas do Tribunal de Justiça, as quais devem estar sujeitas à orientação e adequação técnicas de controle, coordenadas pelo Núcleo Técnico.

As atividades da Auditoria Interna, em 2019, foram realizadas por dez (10) servidores, conforme o quadro que segue:

<b>Nome/Matrícula</b>	<b>Cargo / função</b>	<b>Ato Legal na função</b>	<b>Formação</b>	<b>TSP</b>
Blévio Nunes Matrícula 9863	Auditor Interno / Coordenador da Auditoria	Ato nº 849/2010, de 14/10/2010 (Auditor) Ato nº 1694/2019 de 04/09/2019 (Coordenador)	Pós- graduado	21 anos
Cleverson Oliveira Matrícula 2023	Coordenador da Auditoria / Aposentado	Ato nº 151, de 2/2/2018 (Coordenador) Ato nº 1575/2019 de 30/08/2019 (Aposentadoria)	Pós- graduado	36 anos
Djalma João da Silva Matrícula 3630	Auditor Interno	Ato nº 1898/2010, de 13/10/2010	Pós- graduado	31 anos
José Luciano Terhorst Matrícula 7427	Auditor Interno	Ato nº 770/2015, de 14/08/2015	Nível superior	22 anos



Luiz Carlos de Espindola Matrícula 5921	Agente de Apoio Administrativo / Auditor Interno	Ato nº 1778/2019, de 16/09/2019	Pós-graduado	25 anos
Maristela Borges Matrícula 3600	Auditora Interna	Ato nº 1893/2010, de 13/10/2010	Pós-graduada	31 anos
Paulo Henrique Horn de Andrade Matrícula 3857	Auditor Interno	Ato nº 445/2018, de 28/02/2018	Pós-graduado	30 anos
Simone Meurer de Bona Porton Matrícula 5672	Auditora Interna	Ato nº 1896/2010, de 18/10/2010	Pós-graduada	24 anos
Sonia Maria Laus de Oliveira Matrícula 5970	Auditora Interna	Ato nº 1915/2010, de 15/10/2010	Pós-graduada	23 anos
Wanderley Horn Hülse Matrícula 4379	Técnico Judiciário Auxiliar		Mestre	29 anos

Os servidores integrantes da Auditoria Interna possuem permissão de acesso completas e adequadas para acesso aos seguintes Sistemas Corporativos:

- Sigef;
- Recursos Humanos;
- Diárias;
- Patrimônio;
- Licitações;
- e-Sfinge;
- Sistema de Processo Administrativo;
- Sistema SC Regularidade;
- Sistema de Automação da Justiça;
- E-proc.

A verificação de conformidade com os critérios legais, dos atos e fatos da execução orçamentária, financeira e patrimonial, é realizada pelos controles internos das respectivas unidades e também por esta Auditoria Interna, com o objetivo de comprovar que os procedimentos administrativos foram realizados em observância às normas vigentes e aos Princípios Constitucionais, baseados em documentos hábeis, que demonstrem as operações realizadas.



Estado de Santa Catarina  
Tribunal de Justiça  
Presidência  
Auditoria Interna

Nos casos em que são detectadas inconformidades, a situação é comunicada, preliminarmente, ao gestor para que adote as medidas corretivas necessárias.

Os instrumentos de comunicação utilizados por esta Auditoria são:

- Informação;
- Parecer;
- Comunicação Interna;
- Relatório.

Esses meios de comunicação objetivam registrar a sua atuação sobre os procedimentos e controles internos, adotados nas diversas unidades administrativas, fazendo-se as devidas recomendações aos gestores e a respectiva comunicação ao Órgão Central do Sistema de Controle Interno, visando o constante aprimoramento dos processos analisados, bem como dos controles administrativos adotados.

As comunicações internas, em regra, ocorrem de maneira formal, no entanto, são também utilizadas interações pessoais junto às unidades administrativas.

A Auditoria Interna mantém o acompanhamento das comunicações, por meio de controle informatizado, utilizando-se de uma planilha eletrônica.

Quanto à sistematização dos trabalhos, apresenta:

- Plano Anual de Auditoria;
- Plano de Auditoria de Longo Prazo
- Relatório Anual de Atividades;
- Propostas para melhoria dos processos e fluxos internos/elaboração de normas internas;
- Rotinas e *checklists*;
- Informações e/ou pareceres.

Em relação às atividades de monitoramento, a Auditoria Interna as efetua, periodicamente, a cada auditoria realizada, de acordo com a verificação do cumprimento da recomendação sugerida.

Nesse sentido, objetivando aumentar a eficácia do monitoramento, tem recomendado aos gestores, quando as irregularidades ou impropriedades não são sanadas de imediato, a elaboração de planos de ação, estabelecendo cronogramas, definições de medidas a serem adotadas, designação de responsáveis pela execução e pela fixação de prazo para implementação das propostas recomendadas.

Já no que diz respeito aos procedimentos de controles adotados, as atividades da Auditoria Interna possuem as seguintes características:

- Detectiva e corretiva, quando os trabalhos realizados resultaram na correção das falhas, apenas nos processos analisados, de maneira isolada;



- Preventiva, quando os trabalhos realizados, além da correção das falhas isoladas, proporcionaram melhoria no fluxo dos processos.

## 2.2. Resumo das atividades desenvolvidas pela Auditoria Interna

A Auditoria Interna atuou no exercício nos seguintes temas:

- Licitações e Contratos;
- Gestão de Pessoas;
- Gestão Patrimonial;
- Despesas de Custeio;
- Receitas do Fundo de Reaparelhamento da Justiça;
- Tecnologia da Informação;
- Orçamento e Finanças;
- Obras e Engenharia;
- Melhoria na documentação de processos de trabalho.

### 2.2.1. Quantitativo dos trabalhos/documentos de auditoria produzidos em 2019

ESPECIFICAÇÃO	QUANTIDADE
Informações	66
Pareceres	1722
Relatórios	270
Ofícios Expedidos Diversos	131
Ofícios Expedidos – FRJ	115
<b>Total</b>	<b>2.284</b>

### 2.2.2. Áreas de atuação e objetos de análise

#### 2.2.2.1. Diretoria de Gestão de Pessoas

- Análise de todos os processos de aposentadoria de servidores, magistrados e extrajudiciais, totalizando 214 processos dos quais 199 são de servidores, 05 de magistrados e 09 de extrajudiciais;



- Análise de todos os processos de nomeação de Servidores e de Magistrados; num total de 1047, sendo 1020 de servidores e 27 de Magistrados
- Análise de 01 processo de revisão de aposentadoria;
- Verificação de conformidade em processos de aposentadoria advindos de diligência do TCE;
- Auditoria de conformidade no pagamento do décimo terceiro salário do ano de 2018;
- Auditoria de conformidade sobre os controles de procedimentos relativos ao Teletrabalho;
- Monitoramento da auditoria para avaliação dos controles internos da Divisão de Desenvolvimento de Pessoal da (Sobrestado em virtude da necessidade de alteração da Resolução);
- Acompanhamento mensal da Folha de Pagamento demonstrados por meio de relatórios trimestrais de auditoria de conformidade;
- Verificação mensal dos seguintes pontos: a) aplicação de tabelas, alíquotas, percentuais, valores de benefícios; b) Processos de Liquidação e Pagamento da Folha; c) Situação previdenciária - INSS/GFIP;
- Auditoria Operacional na Divisão de Remuneração e Benefícios no tocante as recuperações em folha de pagamento especificamente na rubrica 251;
- Análise de processos de liberação de contingenciamento relativo a férias.
- Parecer de auditoria: Custo do processo de devolução - Comunicação Interna n. 13/2007 - Processo de Devolução de Valores;
- Parecer de auditoria: Exoneração de Servidor - Declaração de Débitos Patrimoniais;

#### **2.2.2.2. Compras, Licitações, Contratos e Gestão de Bens**

- Análise dos editais de licitação cujos valores estimados correspondem a uma concorrência;
- Análise de todos os processos administrativos relativos às fiscalizações e aos pagamentos mensais dos contratos de terceirização de serviços com mão de obra continuada;
- Análise dos processos de liberação de verbas trabalhistas contingenciadas com base nas Resoluções CNJ nº 98/2009 e CNJ nº 183/2013;
- Auditoria nos processos licitatórios, dispensa e inexigibilidade de licitação;
- Fiscalização do inventário anual do almoxarifado e patrimônio.
- Controle no envio de informações do módulo de Atos Jurídicos, do sistema e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), para o TCE. Vale ressaltar, que as competências 2018 e 2019, estão pendentes de remessa, em virtude de atraso na implementação de ajustes necessários no sistema de envio de dados por webservice;



### **2.2.2.3. Obras e Serviços de Engenharia**

- Análise de todos os pagamentos de parcelas contratuais e aditivos;
- Análise de todos os aditivos de contrato e alterações de cronograma físico-financeiro;
- Análise de todos os editais de licitação;
- Análise de todos os processos de licitação.
- Fiscalização na obra de reforma global do prédio destinado ao Arquivo Central deste Poder, contrato 82/2015, Resposta às manifestações da unidade, e encerramento do trabalho;
- Consultoria em diversos aditivos, mediante solicitação do Diretor-Geral Administrativo;

### **2.2.2.4. Contábil, Orçamentária e Financeira**

- Análise dos balancetes mensais e dos balanços anuais;
- Análise dos relatórios de gestão fiscal;
- Relatório final da auditoria de verificação dos procedimentos para inscrição em dívida ativa na GECONF-DOF (PAA 2017, processo 39521/2017);
- Acompanhamento da regularidade fiscal do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ, junto ao Tesouro Nacional, INSS, Receita Federal, Governos Estadual e Municipal e demais Órgãos da Administração Estadual;
- Análise de todos os processos de prestação de contas de adiantamentos;

### **2.2.2.5. Auditoria de Sistemas e de Bens de Informática**

- Informação Final e encerramento da auditoria operacional para avaliação dos contratos nº 253/2015 e 254/2015 – Manutenção evolutiva, preventiva, corretiva e adaptativa de sistemas de tecnologia M/cache (item 7 do PAA 2017);
- Reanálise das novas manifestações da Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI e da Diretoria de Material e Patrimônio – DMP, quanto à auditoria realizada para avaliar a execução do Contrato nº 087/2013 (suporte técnico e manutenção corretiva – SAJ).
- Informação de Encerramento da Ação Coordenada de Auditoria na área de tecnologia da informação, proposta pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para avaliar o Sistema de Governança e Gestão de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;
- Auditoria Operacional para avaliar o cumprimento do Contrato nº 100/2017 (implementação da central de serviços).





- Auditoria Operacional para avaliar o cumprimento do Contrato nº 033/2018 (fábrica de métricas)
- Auditoria Operacional para avaliar a política instituída e utilizada pelo Poder Judiciário catarinense, em relação ao backup de dados
- Relatório Final da Auditoria Operacional para avaliação de como está sendo executada a gestão dos contratos que estão sob a responsabilidade da Diretoria de Tecnologia da Informação;
- Informação final e encerramento da Auditoria Operacional para avaliação do cumprimento das determinações da Resolução CNJ nº 211/2015, no que diz respeito ao nivelamento da infraestrutura de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC;
- Consultoria no desenvolvimento dos módulos de envio de dados, via web service, para o sistema e-Sfinge (Sistema de Fiscalização Integrada de Gestão), do TCE, bem como os respectivos testes de funcionamento.

#### **2.2.2.6. Auditoria Especial – Gabinete da Presidência/CNJ**

- Auditoria especial, realizada em alvarás judiciais para levantamento de valores depositados à disposição da Justiça em processos judiciais do primeiro grau de jurisdição;
- Auditoria especial, realizada em mandados judiciais distribuídos pela Central de Mandados, selecionados do Sistema de Automação da Justiça – Primeiro Grau – SAJ/PG na Comarca da Capital – SC;
- Ação Coordenada de Auditoria, proposta pelo Conselho Nacional de Justiça – CNJ, para avaliar a Adequação Orçamentaria e Financeira, a Sistemática dos Programas, Projetos, atividade e Sistemas Governamentais, a Avaliação das Metas do Plano Plurianual, e a execução dos programas, do orçamento e dos resultados das gestões orçamentária, financeira e patrimonial, com identificação de que forma tais instrumentos de ação de governo têm melhorado os serviços do Poder Judiciário prestados à sociedade;
- Ação coordenada de Auditoria proposta pelo Conselho Nacional da Justiça – CNJ para avaliação da gestão documental

#### **2.2.2.7. Trabalhos Diversos**

- Proposta de implantação da documentação formal de processos de trabalho;
- Parecer de auditoria: Reanálise da Auditoria Operacional na Diretoria de Saúde.

#### **2.2.2.8. Auditoria nos recolhimentos do FRJ - Serventias Extrajudiciais**

- Reanálise dos processos referente à quitação de valores;



- Fiscalização nas cobranças dos valores destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça – FRJ.

### Quadro Demonstrativo dos valores notificados no ano de 2019:

COMARCA	TIPO (*)	PERÍODO	SERVENTIA	VALOR NOTIFICADO
ANITA GARIBALDI	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	2.619,83
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	2.884,46
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Abdon Batista	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Celso Ramos	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	260,89
ARARANGUÁ	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	3.530,45
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	545,88
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.076,40
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Balneário Arroio do Silva	6.473,81
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Maracaja	1.401,21
ASCURRA	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Hercílio Luz	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	1.927,35
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Apiúna	932,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Rodeio	7.675,10
BALNEÁRIO PIÇARRAS	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	2.890,20
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.248,19
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	19.418,52
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Penha	13.478,08
BARRA VELHA	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	27.960,22
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	3.019,91
BARRA VELHA	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de São João do Itaperiú	3.768,35



	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	15.858,43
BIGUAÇU	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	997,66
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	2.438,47
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Antônio Carlos	9.350,70
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Governador Celso Ramos	A concluir
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	A concluir
BLUMENAU	P	jan/2014 a dez/2018	1º Registro de Imóveis	14.185,91
	P	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	18.228,04
	P	jan/2014 a dez/2018	2º Registro de Imóveis	55.322,94
	P	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	10.373,57
	P	jan/2014 a dez/2018	3º Registro de Imóveis	70.988,85
	P	jan/2014 a dez/2018	3º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	10.006,85
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.889,05
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Itoupava	6.017,60
CAÇADOR	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	28.341,51
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	83.747,08
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	2.163,54
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	10.206,82
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Calmon	4.827,37
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Macieira	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Rio das Antas	244,64
CAMPO BELO DO SUL	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	543,65
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Capão Alto	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Cerro Negro	123,61
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos - VITOR STAGI ALMADA	2.726,70
CANOINHAS	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.678,69
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	2.443,92
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	12.701,64
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	504,57



	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Bela Vista do Toldo	948,69
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Major Vieira	1.466,30
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Três Barras	1.757,23
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Felipe Schmidt	2.040,03
CAPITAL	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz da Barra da Lagoa	1.699,62
	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz da Lagoa da Conceição	9.837,33
	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de da Trindade	8.688,82
	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de de Canasvieiras	11.844,99
	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Ratoões	1.050,70
	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Santo Antônio de Lisboa	2.340,49
	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Estreito	23.590,95
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz da Cachoeira do Bom Jesus	2.980,73
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de do Pântano do Sul	370,27
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de do Ribeirão da Ilha	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de São João do Rio Vermelho	3.976,78
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Campeche	1.988,47
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz dos Ingleses	1.703,44
CORREIA PINTO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	913,10
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	6.175,43
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Ponte Alta	143,88
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	3.130,68
CRICIÚMA	P	jan/2015 a dez/2018	1º Registro de Imóveis	21.762,67
	P	jan/2015 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	26.964,76
	P	jan/2015 a dez/2018	2º Registro de Imóveis	0,00
	P	jan/2015 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	6.755,75
	P	jan/2015 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	3.087,67
CUNHA PORÃ	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	2.169,58
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	6.477,85
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	1.403,32
FORQUILHINHA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	1.737,57



	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	13.608,32
GUARAMIRIM	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	16.859,13
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	5.690,45
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Massaranduba	493,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Schroeder	14.879,91
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.360,27
HERVAL D'OESTE	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	2.455,96
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Erval Velho	432,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	2.098,21
IBIRAMA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	13.249,97
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	3.043,02
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	2.615,44
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de José Boiteux	3.109,95
IPUMIRIM	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	422,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Arabutã	124,26
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Lindoia do Sul	893,88
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	1.523,36
ITÁ	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	12.356,51
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Paial	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	0,00
ITAIÓPOLIS	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	609,56
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	8.180,56
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Iraputã	1.125,56
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Itaió	1.662,99
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	8.186,89
ITUPORANGA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	2.723,68
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	10.563,32
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Chapadão do Lageado	2.159,96
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Imbuia	428,92
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Leoberto Leal	653,61
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Petrolândia	238,49
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Vidal Ramos	444,07



	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Rio Bonito	1.946,56
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.750,23
LAGES	P	jan/2014 a dez/2018	1º Registro de Imóveis	13.084,90
	P	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	280,95
	P	jan/2014 a dez/2018	2º Registro de Imóveis	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	6.828,18
	P	jan/2014 a dez/2018	3º Registro de Imóveis	278,71
	P	jan/2014 a dez/2018	3º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	1.295,07
	P	jan/2014 a dez/2018	4º Registro de Imóveis	40.620,09
	P	jan/2014 a dez/2018	4º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	14.260,86
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	3.025,60
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Bocaina do Sul	12.719,70
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Painel	3.054,50
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de São José do Cerrito	2.236,73
MAFRA	P	jan/2014 a dez/2018	1º Registro de Imóveis	4.863,17
	P	jan/2014 a dez/2018	2º Registro de Imóveis	5.692,03
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	2.056,10
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.723,01
MARAVILHA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	2.769,08
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	7.313,34
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Flor do Sertão	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Iraceminha	2.697,55
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de São Miguel da Boa Vista	5.323,62
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Tigrinhos	3.364,31
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	13.796,01
MELEIRO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	5.902,88
	P	nov/2015 a dez/2018	Registro de Imóveis	0,00
OTACILIO COSTA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	6.895,98
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Palmeira	6.138,38



	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.191,12
PALHOÇA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	16.628,90
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	5.137,26
	P	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	14.542,06
PORTO BELO	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Bombinhas	11.142,23
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	4.744,35
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	A concluir
PORTO UNIÃO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.442,26
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	9.600,04
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	6.805,31
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Irineópolis	5.678,70
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Matos Costa	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Poço Preto	2.376,61
E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Santa Cruz do Timbó	0,00	
PRESIDENTE GETÚLIO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	6.790,13
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Dona Emma	215,04
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Vitor Meirelles	3.854,79
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Witmarsum	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz do Distrito de Mirador	1.450,20
E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	939,79	
RIO DO CAMPO	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	342,97
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Santa Terezinha	2.628,21
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	1.491,77
RIO DO OESTE	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos e Registro de Imóveis	2.188,99
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Laurentino	831,26
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	196,04



SANTA CECÍLIA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	2.892,72
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	5.608,13
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Timbó Grande	7.493,54
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	2.483,46
SÃO JOÃO BATISTA	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	210,42
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	24.615,49
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	7.324,49
SÃO JOSÉ	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Barreiros	7.717,71
	P	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Campinas	254,74
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	A concluir
	P	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	22.798,31
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de São Pedro de Alcântara	17.038,92
TAIÓ	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	9.271,04
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	5.322,47
	E	jan/2014 a dez/2018	1º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	813,77
	E	jan/2014 a dez/2018	2º Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.199,54
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Mirim Doce	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Salete	0,00
TANGARÁ	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos - Nelson Luiz Massignani	7.646,73
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis - Neide Maria Menezes	13.224,11
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Ibiam	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Pinheiro Preto	1.403,84
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	499,38
TROMBUDO CENTRAL	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	0,00
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	27.158,77
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Agrolândia	94,49
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Braço do Trombudo	592,63
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Pouso Redondo	3.398,76





	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	0,00
XAXIM	P	jan/2014 a dez/2018	Registro Civil, Títulos e Documentos	1.969,94
	P	jan/2014 a dez/2018	Registro de Imóveis	2.176,72
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Entre Rios	0,00
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Lajeado Grande	1.820,41
	E	jan/2014 a dez/2018	Escrivania de Paz de Marema	16.612,17
	E	jan/2014 a dez/2018	Tabelionato de Notas e de Protestos de Títulos	4.828,68

(\*) P - Fiscalização presencial / E - Fiscalização eletrônica

De acordo com o quadro acima, foram realizadas fiscalizações em 208 serventias, situadas em 40 comarcas, resultando em notificações que somam a quantia de R\$ 1.240.831,16.

### 2.2.3. Ocorrências relevantes

#### 2.2.3.1. Diretoria de Gestão de Pessoas – DGP

- **Auditoria em Folha de Pagamento:**

Foram realizadas auditorias nas folhas de pagamento de dezembro de 2018 a setembro 2019, onde foram realizados o acompanhamento e a análise detalhada de cada uma delas, e desta análise foram detectadas algumas inconsistências que foram repassadas a DGP para correção:

Dentre as inconsistências verificadas pode-se destacar as citadas abaixo:

- a) INSS/GFIP pagamento a maior que o efetivamente recolhido;
- b) Ausência de informação sobre a GFIP do 13º salário de 2018;

- **Auditoria em Processos de Aposentadoria:**

Durante o ano de 2019 foram realizadas análises e verificação de conformidade em 214 processos de aposentadoria e diante da análise verificou-se a falta de alguns documentos ou outras inconsistências, nas quais foram devolvidos em diligência para a Diretoria de Gestão de Pessoas para regularização,

Dentre as ocorrências encontradas podemos destacar as descritas abaixo:

- a) Falta do comprovante de publicação do ato de aposentadoria;
- b) Ausência do processo de averbação de tempo de serviço;



Estado de Santa Catarina  
Tribunal de Justiça  
Presidência  
Auditoria Interna

- c) Não juntada do primeiro comprovante de proventos;
- d) Documentação desatualizada;
- e) Data informada no demonstrativo da composição do tempo de contribuição equivocada;
- f) Data incorreta de ingresso no serviço público;
- g) Demonstrativo da composição do tempo de contribuição preenchido de forma equivocada;
- h) Demonstrativo da composição do tempo de contribuição não preenchido adequadamente;
- i) Nome do servidor, no ato de aposentadoria, está em desacordo com o documento de identidade;
- j) Declaração de não acumulação de cargo, constante no requerimento equivocada;
- k) Declaração acerca de bens patrimoniais equivocada;

- **Auditoria em Processos de Nomeação:**

Com relação aos processos acima descritos foram realizadas análises e verificação de conformidade em 1047 processos e após estas análises foi possível observar a falta de alguns documentos ou outras inconsistências, nas quais foram devolvidos em diligência para a Diretoria de Gestão de Pessoas para regularização,

- a) Falta de algumas certidões negativas criminais;
- b) Ausência de juntada do comprovante de cancelamento/licenciamento da OAB;
- c) Não informação do regime jurídico;
- d) Declaração sobre cargo, emprego ou função pública preenchida de forma incorreta;
- e) Certidão de quitação eleitoral não juntada aos autos;
- f) Nome incorreto no ato de nomeação;
- g) Falta da comprovação do envio da declaração de bens para o Sistema de Declaração de Bens e Renda;
- h) Ausência do comprovante da publicação do Ato no DJE;
- i) Documento com os dados do concurso não juntado aos autos;



Estado de Santa Catarina  
Tribunal de Justiça  
Presidência  
Auditoria Interna

- j) Diploma não entregue;
- k) Declaração de grau de parentesco anexada ao processo está equivocada;
- l) Falta do sobrenome no termo de posse;
- m) Sem inscrição do PIS/PASEP.

### 2.2.3.2. Diretoria de Tecnologia da Informação – DTI

- **Auditoria para avaliar o contrato cujo objeto é a prestação de serviços de Desenho e de Implementação de processos de Gerenciamentos de Serviços baseados na biblioteca ITIL v.3, na Infraestrutura de Tecnologia da Informação do PJSC, bem como de implementação da função da Central de Serviços Compartilhada**

Principais achados:

- a) Ordem de serviço emitida para a execução do item 4, fase 2, etapas I e II, descreve atividades diversas da previsão contratual, no item referente à especificação dos serviços;
- b) Documentos comprobatórios da execução do serviço não foram identificados;
- c) Ausência de registro do acompanhamento dos níveis mínimos de serviço (ANS) estabelecidos para os serviços de suporte;
- d) Ordens de serviço com informações que dificultam a compreensão do valor a ser pago;
- e) Ocorrência prevista como passível de aplicação de sanção foi tratada como redução de ANS;
- f) Documentos comprobatórios do cumprimento de obrigações acessórias não juntados ao processo de contratação;
- g) Documentos apresentados não correspondem à previsão contratual;

Recomendações à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- a) Informar se a documentação complementar, referente à OS 004/2018 já foi entregue pela empresa;
- b) Efetuar o controle dos chamados de suporte técnico e funcional;
- c) Rever as disposições referentes a serviços de suporte técnico e funcional, seu controle e apuração de ANS, em contratações futuras;



Estado de Santa Catarina  
Tribunal de Justiça  
Presidência  
Auditoria Interna

- d) Informar se a documentação referente à qualificação do Consultor ITIL, para ministrar treinamento, foi apresentada pela empresa;

Recomendações à Diretoria de Material e Patrimônio:

- a) Informar se a documentação referente à comprovação da qualificação técnica e ao detalhamento da planilha de formação de preços, foi juntada ao processo de contratação.
- **Auditoria para avaliar o contrato, cujo objeto é a prestação de serviços de mensuração de software por meio da técnica de análise de pontos de função, para execução no regime de empreitada:**

Principais achados:

- a) Juntada da planilha de contagem elaborada pela fábrica de software, na abertura da ordem de serviço;
- b) Documentos entregues pela empresa são divergentes da previsão contratual;
- c) Processo de pagamento em que não foi apurado o cumprimento dos níveis mínimos de serviço;
- d) Equívoco na contagem de prazos;
- e) Critério para pagamento não claramente estabelecido em contrato;
- f) Ordens de serviço relacionadas em duplicidade para pagamento;
- g) Documentos juntados aos processos de pagamento de maneira desordenada e incompleta;
- h) Documentos comprobatórios do cumprimento de obrigações acessórias entregues com atraso, sem a aplicação da correspondente sanção.

Recomendações à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- a) Reavaliar os procedimentos adotados, e os documentos encaminhados para realização da contagem, bem como os exigidos da empresa para demonstrar o resultado da contagem;
- b) Revisar a cláusula sobre o pagamento, para que, em editais futuros sobre o mesmo objeto, se estabeleça claramente como serão quantificados os pontos de função a serem pagos;
- c) Revisar os controles adotados para que não ocorram pagamentos duplicados de ordens de serviço;



- d) Efetuar uma revisão dos documentos juntados aos processos, a fim de facilitar sua visualização e conferência;
- e) Encaminhar o processo de contratação à DMP, para apurar eventual sanção a ser aplicada quando à apresentação dos documentos referentes à comprovação da qualificação técnica;

- **Auditoria para avaliar a política de backup da instituição:**

Principais achados:

- a) Rotina detalhada para realização de backup documentada somente no sistema;
- b) Registro dos backups realizados é efetuado somente por logs do sistema;
- c) Testes de restauração de dados não são efetuados periodicamente.

Recomendações à Diretoria de Tecnologia da Informação:

- a) Verificar se todas as rotinas de backup estão registradas, de forma padronizada e acessível;
- b) Implementar o registro das evidências de realização de todos os backups, seus resultados, com ênfase aos procedimentos adotados para correção de falhas;
- c) Manter o projeto de implementação dos testes de restauração de dados na relação de prioridades.

### **2.2.3.3. Diretoria de Engenharia e Arquitetura – DEA**

Análise das informações prestadas pela DEA acerca do relatório de Auditoria 506/2016, que trata da fiscalização da obra de reforma global do prédio do Arquivo Central – Contrato 82/2015:

Da análise verificou-se que todas as recomendações que estavam a cargo da DEA foram cumpridas, restando somente pendente a utilização de um diário de obra virtual, que depende de desenvolvimento por parte da Diretoria de Tecnologia da Informação onde foi colocado no portfólio de demandas e classificado após a aplicação dos critérios de priorização promovidos pelo Comitê de Governança de TI – CGovTI.



### **2.3. Irregularidades que resultaram em danos ou prejuízo (Inciso III, Anexo VII da IN TC nº 20/2015)**

No exercício de 2019 não ocorreu irregularidades que resultassem em danos ou prejuízo ao erário, nas Unidades Gestoras do TJ e do FRJ.

### **2.4. Quantitativo de tomadas de contas especiais instauradas (Inciso IV, Anexo VII da IN TC nº 20/2015)**

No exercício de 2019 não houve instauração de Tomada de Contas Especial nas Unidades Gestoras do TJ e do FRJ.

### **2.5. Avaliação da Gestão de Recursos Humanos (Inciso VII, Anexo VII da IN TC 20/2015)**

Visando atender o disposto no Anexo V, inciso III, da Instrução Normativa TC nº 20/2015, a Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP) acostou ao Relatório de Contas de Gestão, referente ao exercício 2019, os dados relacionados no QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORA – MENSAL e o QUADRO DE PESSOAL DA UNIDADE GESTORAL – MENSAL – VALORES, na forma exigida no Anexo V, Item III, alínea “a”, da IN TC nº 20/2015.

Os referidos dados compreendem os valores mensais de remuneração e o quantitativo de pessoal, divididos em Servidores Civis Ativos, ocupantes de Cargo Efetivo/Tribunal de Justiça e Justiça de 1º Grau; Militares Ativos à Disposição do PJSC; Membros do PJSC/Juízes e Desembargadores; Servidores, ocupantes de Cargo em Comissão com Vínculo Efetivo; Estagiários; Servidores recebidos à Disposição de outras esferas de Governo; e Policiais Civis e Militares que retornaram como temporários.

Realizada a análise dos valores informados pela DGP, constatou-se que os dados demonstrados nos quadros antes mencionados atenderam ao formato de apresentação exigido pelo Tribunal de Contas do Estado, e que os quantitativos das folhas de pagamento calculadas – matrículas calculadas e valores correspondentes - foram apresentados sem divergências com as informações constantes no Sistema de Histórico Funcional (SHF) e no Sistema FOLHA, ambos da Diretoria de Gestão de Pessoas.

No que tange, especificamente, ao disposto no inciso VII, do Anexo VII, da mencionada Instrução Normativa, a qual prescreve uma avaliação da gestão de recursos humanos do Tribunal de Justiça pelo setor de Auditoria Interna, cabe destacar, que em 2019 a Auditoria Interna realizou o acompanhamento dos trabalhos da Divisão de Remuneração e Benefícios, da Diretoria de Gestão de Pessoas, em todos os meses, desde a abertura até o fechamento das folhas, conforme previsto no Programa Anual de



Auditoria 2019, aprovado pelo Excelentíssimo Senhor Desembargador Presidente e publicado no site oficial do Tribunal de Justiça.

Destaca-se que as atividades mensais acima mencionadas compreenderam, principalmente, os seguintes pontos:

- Observação quanto as regras e dados estabelecidos pela legislação, no que diz respeito a correta aplicação de tabelas de remuneração do quadro de pessoal, e quanto às alíquotas e valores referentes aos dados governamentais, benefícios legais e recolhimentos previdenciários ao IPREV.
- Verificação se os pagamentos das remunerações e os descontos consignados de servidores e magistrados, bem como os recolhimentos legais referentes as obrigações previdenciárias e tributárias, destacados nos relatórios contábeis da Folha de Pagamento, foram realizados pela Diretoria de Orçamento e Finança segundo os termos da Lei nº 4.320/1964, com base nos relatórios contábeis emitidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas.
- Se os procedimentos de desconto e recolhimento do INSS na folha de pagamento dos servidores exclusivamente comissionados, e a correspondente informação à Previdência Social por meio da GFIP, foram realizados segundo as exigências legais e devidos procedimentos devidos pela Diretoria de Gestão de Pessoas e pela Diretoria de Orçamento e Finanças.

Especificamente sobre os valores gerados em 2019, a Folha de Pagamento do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, normais e suplementares, apresentaram os resultados que abaixo seguem:

FOLHA DE PAGAMENTO - 1º QUADRIMESTRE DE 2019									
	jan/19		fev/19		mar/19		abr/19		Valor Total 1º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Agentes Públicos Cíveis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	55.102.719,16	5.739	54.808.752,49	5.719	56.201.093,54	5.717	54.329.948,02	5.747	220.442.513,20
Agentes Públicos Militares Ativos	256.044,29	76	205.964,50	60	194.234,85	58	190.865,80	57	847.109,44
Membros ativos de Poder ou órgão	30.147.020,34	523	27.559.506,63	523	27.871.247,21	523	27.477.186,53	523	113.054.960,71
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	21.049.431,88	1.216	20.803.828,83	1.216	20.697.127,13	1.216	20.491.534,75	1.216	83.041.922,58
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	8.165.420,85	955	9.981.377,93	977	10.231.111,21	975	10.581.887,83	1.055	38.959.797,82
Estagiários	2.977.294,77	2.872	2.771.431,66	3.102	2.827.086,62	3.267	2.888.390,64	3.404	11.464.203,69
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	81.209,54	10	77.960,18	10	77.390,37	10	77.461,14	13	314.021,23
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	4	-	4	-	4	-	4	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	187.003,82	165	188.562,39	176	199.991,90	175	205.450,02	177	781.008,13
<b>Total mensal</b>	<b>117.966.144,65</b>	<b>11.560</b>	<b>116.397.384,60</b>	<b>11.787</b>	<b>118.299.282,82</b>	<b>11.945</b>	<b>116.242.724,73</b>	<b>12.196</b>	<b>468.905.536,80</b>



Estado de Santa Catarina  
Tribunal de Justiça  
Presidência  
Auditoria Interna

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – janeiro a abril/2019 - sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas

FOLHA DE PAGAMENTO - 2º QUADRIMESTRE DE 2019									
	mai/19		jun/19		jul/19		ago/19		Valor Total 2º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	56.890.323,10	5.799	58.985.315,25	5.797	57.148.059,14	5.777	65.893.224,09	5.796	238.916.921,58
Agentes Públicos Militares Ativos	194.363,54	56	194.967,65	55	196.653,06	56	192.274,96	54	778.259,21
Membros ativos de Poder ou órgão	28.251.207,74	523	30.035.401,36	524	30.132.362,01	524	32.858.723,48	522	121.277.694,60
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	21.460.633,63	1.216	21.827.600,82	1.216	21.544.155,18	1.216	26.833.232,00	1.216	91.665.621,63
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	11.200.714,90	1.073	11.274.423,39	1.090	11.320.085,61	1.086	12.066.423,87	1.109	45.861.647,77
Estagiários	2.933.014,06	3.501	2.929.713,41	3.550	2.921.118,75	2.837	2.857.600,44	2.859	11.641.446,66
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	81.528,89	13	80.726,13		82.181,21	13	96.755,33	11	341.191,56
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	4	-	4	-	5	-	5	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	205.566,25	184	195.478,73	182	206.571,33	181	211.806,60	182	819.422,91
<b>Total mensal</b>	<b>121.217.352,11</b>	<b>12.369</b>	<b>125.523.626,74</b>	<b>12.418</b>	<b>123.551.186,29</b>	<b>11.695</b>	<b>141.010.040,78</b>	<b>11.754</b>	<b>511.302.205,92</b>

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – maio a agosto/2019 - sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas

FOLHA DE PAGAMENTO - 3º QUADRIMESTRE DE 2019									
	set/19		out/19		nov/19		dez/19		Valor Total 3º Quadrimestre (R\$)
	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	Valor (R\$)	Qtde.	
Agentes Públicos Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo (servidores)	66.616.728,85	5.792	61.227.250,41	5.793	108.318.290,88	5.823	66.439.586,17	5.820	302.601.856,31
Agentes Públicos Militares Ativos	197.471,73	54	205.504,16	53	316.669,49	51	230.849,17	52	950.494,55
Membros ativos de Poder ou órgão	29.594.845,92	522	35.542.261,36	521	57.346.513,62	521	36.345.140,13	515	158.828.761,03
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão na Unidade Gestora com vínculo efetivo com o Ente	26.641.872,27	1.215	24.201.604,24	1.215	43.418.889,89	1.215	25.883.364,91	1.214	120.145.731,31
Servidores ocupantes de cargo/emprego em comissão sem vínculo efetivo com o Ente	12.477.385,10	1.158	13.068.785,90	1.253	21.085.858,99	1.263	18.412.343,51	1.262	65.044.373,50
Estagiários	2.898.247,17	2.860	2.919.233,72	2.811	2.904.631,71	2.829	2.913.790,66	2.618	11.635.903,26
Servidores recebidos à disposição de outras esferas de Governo	84.256,29	9	83.951,58	8	149.274,63	6	94.146,60	6	411.629,11
Servidores cedidos para outras esferas de Governo	-	5	-	5	-	5	-	5	-
Policiais civis e militares inativos que retornaram como temporários	206.779,96	184	245.148,44	189	268.561,76	190	251.896,28	194	972.386,44
<b>Total mensal</b>	<b>138.717.587,28</b>	<b>11.799</b>	<b>137.493.739,81</b>	<b>11.848</b>	<b>233.808.690,98</b>	<b>11.903</b>	<b>150.571.117,44</b>	<b>11.686</b>	<b>660.591.135,51</b>

Fonte: Relatórios Contábeis da Folha de Pagamento – setembro a dezembro/2019 - sistema FOLHA da Diretoria de Gestão de Pessoas





FOLHA DE PAGAMENTO - TOTAL GERAL DO EXERCÍCIO 2019	
SUBTOTAL 1 - FOLHA DE PAGAMENTO -1º QUADRIMESTRE 2019:	468.905.536,80
SUBTOTAL 2 - FOLHA DE PAGAMENTO -2º QUADRIMESTRE 2019:	511.302.205,92
SUBTOTAL 3 - FOLHA DE PAGAMENTO -3º QUADRIMESTRE 2019:	660.591.135,51
TOTAL GERAL:	1.640.798.878,23

Conforme se observa nos quadros acima, os quais contêm o quantitativo de servidores e o total das despesas com a remuneração, por vínculo de servidores e magistrados, em dezembro/2019, os Servidores Civis Ativos ocupantes de Cargo Efetivo/Tribunal de Justiça e Justiça de 1º Grau, que totalizaram 5.820 matrículas, constituíram o maior contingente do quadro de pessoal remunerado, equivalente a 49,80% da força de trabalho do Poder Judiciário de Santa Catarina. Em função disso, estes também representaram a maior cota de participação na remuneração do quadro de pessoal, correspondente ao montante de R\$ 66.439.586,17, representando, assim, 44,12%, do total da Folha de Pagamento normal de dezembro/2019.

No que diz respeito ao quantitativo de pessoal, considerando as movimentações funcionais referentes aos desligamentos definitivos e ingressos, em janeiro/2019 a folha de pagamento apresentou o total de 11.560 matrículas calculadas; já em dezembro/2019, esse quantitativo correspondeu a 11.686 matrículas, o que em termos percentuais representou a variação de 1,09%. Contudo, durante todo o período considerado a média na folha de pagamento girou em torno de 11.914 matrículas ativas.

Em relação as alterações ocorridas ao longo do exercício, observa-se que decorreram da implementação do reajuste da remuneração dos servidores, originado da recomposição da tabela de vencimentos instituída pela Lei Complementar nº 90/1993, aplicado em junho/2019, referente a data base de maio/2019, correspondente a 4,94%, conforme Resolução TJ nº 4, de 15 de maio de 2019, a qual determinou a alteração do piso salarial dos servidores de R\$ 1.688,39 para R\$1.771,79.

Além dos acréscimos relativos ao reajuste acima referido, os valores da Folha de Pagamento ao longo do exercício em análise sofreram alterações também devido as movimentações funcionais decorrentes de promoções de servidores e magistrados e de adicionais por tempo de serviço, contudo, todas segundo os critérios estabelecidos pela legislação vigente.

Diante disso, conclui-se que as folhas de pagamento do quadro de pessoal remunerado o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, durante o exercício de 2019, foram elaboradas em conformidade com os preceitos legais vigentes, tanto no que diz respeito aos cálculos realizados e controles observados, quanto no que concerne a aplicação dos dados governamentais necessários à regularidade dos benefícios e obrigações previdenciárias e fiscais.



Estado de Santa Catarina  
Tribunal de Justiça  
Presidência  
Auditoria Interna

## **2.6. Avaliação do cumprimento das determinações e recomendações expedidas pelo Tribunal de Contas do Estado, no exercício (Inciso VIII do anexo VII da IN TC nº 20/2015)**

Do exame dos processos oriundos do Tribunal de Contas, verifica-se que foram tomadas as providências cabíveis para atender as determinações/recomendações, dentro do prazo estipulado.

## **2.7. Relatório da execução das decisões do Tribunal de Contas que tenham imputado débito aos gestores municipais sob seu controle (inciso IX do anexo VII da IN TC nº 20/2015)**

Não se aplica ao Poder Judiciário.

## **2.8. Avaliação dos procedimentos adotados quando de renegociação da dívida com o instituto ou fundo próprio de previdência (inciso X do anexo VII da IN TC nº 20/2015)**

Não ocorreram fatos relacionados a esse item.

## **2.9. Avaliação da Conformidade dos registros dos sistemas operacionais com os dados do e-Sfinge (Inciso XI do anexo VII da IN TC nº 20/2015)**

O módulo de execução orçamentária é validado pelo Órgão Central do Sistema de Controle Interno/SEF-SC, que é o responsável pelo envio das informações ao Tribunal de Contas, desde o ano de 2013.

As informações do módulo de Atos de Pessoal, foram enviados os dados das competências de 2017, 2018 e 2019 (até o mês de outubro). Já no que diz respeito ao módulo de Atos Jurídicos, competências de 2018 e 2019, estão pendentes de remessa, em virtude de atraso na implementação necessária ao envio de dados por webservice.

## **2.10. Regularidade Fiscal**

Durante o exercício de 2019 não houve nenhum caso em que foram verificadas pendências junto ao SC Regularidade.

Em consulta ao SC Regularidade, na data da emissão deste Relatório, não foram constatadas pendências das Unidades do TJ e do FRJ.

## **2.11. Gestão Patrimonial**



Estado de Santa Catarina  
Tribunal de Justiça  
Presidência  
Auditoria Interna

### **2.11.1 Inventário do Estoque existente no Almoxarifado do Poder Judiciário**

Foi designada comissão para realização do inventário do estoque no almoxarifado, objetivando a conferência física e a confirmação do saldo existente, por meio da Portaria GP nº 2267/2019, de 11/10/2019, publicada no DJe em 14/10/2019.

Na conclusão dos trabalhos do inventário dos Bens de Consumo e Permanentes existentes no Almoxarifado do Poder Judiciário, não foram constatadas irregularidades, sendo então emitida a Declaração de Regularidade do inventário, sem ressalva e assinada pela Comissão de Inventário e pelos Diretores de Material e Patrimônio e Geral Administrativo.

### **2.11.2 Inventário de Bens Móveis Permanentes do Poder Judiciário**

Foi realizado inventário físico dos Bens Móveis Permanentes do Poder Judiciário, objetivando a conferência física e a confirmação do saldo existente no patrimônio e não foram constatadas irregularidades.

### **2.11.3. Adiantamentos**

Os processos de adiantamento de recursos são analisados, por esta Auditoria Interna, em atendimento ao disposto no art. 48 da Instrução Normativa TC nº 14/2012.

Da concessão de recursos públicos, a título de adiantamento em 2019, foram analisados 190 processos, sendo que todos foram considerados regulares.

## **3. CONCLUSÃO**

Em conformidade com o Anexo VII da IN TC nº 20/2015, foram analisadas a legitimidade e a legalidade dos atos de gestão da autoridade administrativa, do Tribunal de Justiça de Santa Catarina e do Fundo de Reaparelhamento da Justiça, no período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Florianópolis, 24 de janeiro de 2020.

Blévio Nunes  
Coordenador  
Matrícula 9863